

A16613

DARFS COM VENCIMENTO DA COTA ÚNICA OU PRIMEIRA COTA DEVERÃO SER PAGOS EM JUNHO

Taxa de terreno de marinha chega em maio com aumento

Secretaria do Patrimônio da União ainda não divulgou os valores do reajuste

ELAINE VIEIRA
evieira@redgazeta.com.br

Os terrenos de marinha de Vitória, entre aforados e ocupados, vão ter aumento na taxa este ano. A informação é da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), que, no entanto, não divulgou os valores do reajuste do imposto.

Em nota, a SPU divulgou que os valores passarão por uma atualização baseada na valorização da Planta Genérica de Valores (PGV) de acordo com o mercado imobiliário.

Segundo o deputado federal Lelo Coimbra, a situação é preocupante, pois, historicamente, a planta genérica da SPU é feita de acordo com os valores apresentados pela prefeitura.

Se essa relação continuar a ser feita este ano, isso pode significar um aumento de até 200% no valor da taxa de marinha.

Dependendo do tipo de utilização dos terrenos, o valor do imposto pode variar de 2% a 5% do valor venal do imóvel.

Os Documentos de Arrecadação de Receitas Federais (DARFs) relativos ao exercício de 2006 vão começar a chegar em maio, com vencimento da cota única ou primeira cota para início de junho.

PARCELAMENTO. O pagamento poderá ser efetuado em cota única ou parcelado em até sete cotas iguais e subsequentes. A “boa” notícia para este ano, divulgada pela SPU, é que as cotas não sofrerão a incidência de juros Selic.

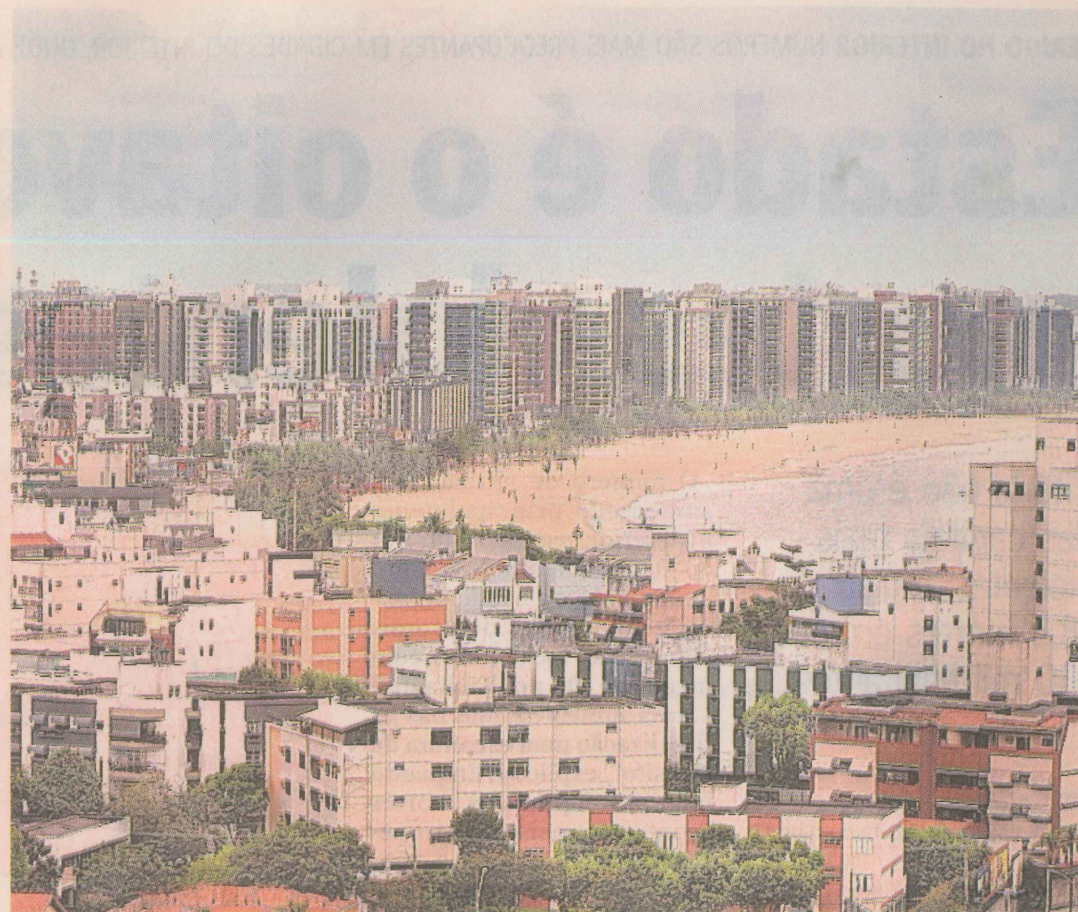
No Estado, existem aproximadamente 20 mil foreiros e 24 mil ocupantes de terrenos da União.

A receita oriunda das cobranças das áreas da União ocupadas financia os projetos sociais realizados em âmbito

nacional pelo governo federal, como aqueles relacionados à Saúde, Educação, Previdência Social, além daqueles específicos da SPU, entre eles o da Regularização Fundiária, o Programa Brasil Quilombola e o Projeto Orla, que têm como objetivo beneficiar famílias de baixa renda e zelar pela ocupação adequada do litoral.

Como pedir isenção

■ Para ter direito à isenção do pagamento da taxa de Marinha, é preciso entrar com o pedido junto à Gerência Regional do Patrimônio da União no Espírito Santo (GRPU/ES). Informações pelo telefone: 3232-5300.



UNIÃO. Camburi: Estado tem cerca de 20 mil foreiros e 24 mil ocupantes. FOTO: GILDO LOYOLA - 21/2/2007

População de baixa renda terá direito a isenção

Medida atinge pessoas com renda familiar igual ou inferior a cinco salários mínimos

A atualização dos valores não vai atingir a população de baixa renda, que ficará isenta de pagar pela ocupação.

Uma nova lei prevê isenção de pagamento para pessoas com renda familiar igual ou inferior a cinco salários mínimos.

Além disso, a MP 335 possibilita de que pessoas com renda familiar de até cinco salários mínimos tenham suas dívidas com a União constituídas até 27 de abril do ano passado, perdoadas,

inclusive aquelas já lançadas em Dívida Ativa.

O benefício foi concedido por uma medida provisória aprovada por unanimidade em março deste ano na Câmara dos Deputados e já foi encaminhada ao Senado para virar lei. O objetivo é criar mecanismos legais para acelerar a regularização fundiária em terras da União em todo o país.